

Hora do conto *drag* e guerras culturais

Drag Story Hour and culture wars

Paula Sequeiros

Investigadora Associada do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em Sociologia, Pós-graduada em Ciências Documentais e Licenciada em História, Universidade do Porto. Mestra em Sociedad de la Información y del Conocimiento, Universitat Oberta de Catalunya. ORCID 0000-0003-2069-5631.

RESUMO: Partindo da análise crítica de textos de investigação jornalísticos e científicos sobre a hora do conto *drag* em bibliotecas públicas e escolas nos EUA, procura-se a compreensão tanto da defesa da sua existência como dos ataques em escalada dirigidos à sua eliminação. Identificam-se agentes, ideias e ideologias que se têm confrontado em disputas pela hegemonização da censura e pelo mainstreaming da liberdade de expressão na leitura pública com temas e pessoas LGBTQ+. Para tanto, avança-se um quadro teórico construído a partir de conceitos e abordagens à questão das guerras culturais em curso. Propõem-se reflexões sobre como a diversidade social e a bibliodiversidade contêm valores e direitos pela justiça social que a democracia requer.

Palavras-chave: Hora do conto *drag*; Leitura pública; Bibliotecas públicas; Censura de livros; Justiça social.

ABSTRACT: Starting from a critical analysis of journalistic and scientific research texts about the Drag Story Hour in public libraries and schools in the USA, an understanding of both the defense of its existence and the escalating attacks directed to its elimination is sought. Agents, ideas and ideologies, that have confronted in disputes over the hegemonisation of censorship and the mainstreaming of freedom of expression in public reading with LGBTQ+ content and people, are identified. To this purpose, a theoretical framework built from concepts and approaches to the issue of ongoing cultural wars is advanced. A reflection is suggested on how social diversity and bibliodiversity contain values and rights for social justice that democracy requires.

Keywords: Drag Story Hour; Public reading; Public libraries; Book banning; Social justice.

LENDO E QUESTIONANDO

Da surpresa e consternação pelas notícias sobre a multiplicação e a violência de medidas dirigidas a eliminar a contação de histórias *drag* em escolas e bibliotecas escolares nos EUA, tornou-se-me necessário passar a uma análise crítica informada por textos da comunicação social e de investigação pluri e interdisciplinar sobre a origem e significado desta alteração dos climas de leitura. Eventos análogos e muito recentes na Europa, incluindo em Portugal, foram estímulo para alguma pesquisa adicional.

A hora do conto *drag* é uma forma de interação, feita de proximidade ao vivo entre *performers drag* e público – crianças, adolescentes e adultos acompanhantes – permitindo que perceções, sentidos e sensibilidades criem uma densidade de significações sobre o contado e a pessoa contadora em atmosferas seguras e acolhedoras. Famílias e crianças arco-íris podem aí se rever e identificar, todas podem fruir de eventos em diversidade pensados cultural e socialmente como oportunidades de copresença e interação respeitosas, enriquecedoras.

Centrando a minha atenção no fenómeno da hora do conto *drag*, enfatizo que os ataques censórios que se vêm fazendo nos EUA são também dirigidos a outros alvos de discriminação e exclusão social: populações e grupos sociais racializados, emigrantes, pobres. Igualmente atacadas foram várias instituições públicas de ensino e bibliotecas estado-unidenses através de idênticas estratégias discursivas e de exercício de controle sobre administrações e processos decisórios das escolas.

A problemática da contação alarga-se também pela compreensão de que a censura visava um alvo desenhado de forma ampla, nem um só tipo de pessoas, nem um só conteúdo em livros. Do ponto de vista dos censores, além de textos e imagens, todos os elementos das *performances* eram sinais de perigo moral, fossem pessoas autoras, *performers*, personagens literárias. Mais ainda, nas situações referidas de seguida, com leitura em voz alta para pequenos grupos e possível recurso a projeção de imagens, a censura sobre o legível dirigia-se, certamente desde o início, à interação com que se construía receção e interpretação de crianças, jovens e seus acompanhantes.

Ao longo de 2022 e 2023 foram tomando forma perguntas que me orientam agora a investigação. Exponho-as brevemente, relevo aspetos da investigação que delas partiu e as reconstitui, desenvolvo depois reflexões em seu torno.

Escala internacional: cópia ou concertação?

Foi dúvida que acolheu os trabalhos, progressivamente mais documentados, de ativistas e lançadores de alerta comprometidos com a liberdade de expressão. Investigação recente sobre horas do conto *drag* tipifica os agentes censores e sinaliza a coordenação interna e internacional de vagas de eliminação de obras e de violência

contra eventos, públicos e agentes culturais, profissionais e ativistas em bibliotecas e outras instituições culturais e educativas (Albanese 2021; Anderson 2022).

Fosse mantido como assunto privado, doméstico, atrás dos biombos morais burgueses e longe dos púlpitos segregacionistas, tolerar-se-ia a ideia da não normatividade sexual e de género naquelas práticas de leitura e naqueles contextos. Tornar pública a performatividade de géneros não binários, a contracultura associada às expressões de género não cis-heteronormativas, foi combinação que desestabilizou os redutos ultraconservadores com poder comunicacional a um ponto em que o esforço colocado na erradicação é indício da importância ideológica que nela vêm.

Outra pergunta, entrelaçada, emergiu então, impulsionando a escavar mais fundo:

Porquê o livro, alvo ideológico e político?

Não era hábito atual centrar no livro, e na leitura, disputas para a dominação cultural e a invisibilização de desigualdades sociais em meios digitais com viralização. Como entender que fosse agora incluído em processos de mitificação característicos das “guerras culturais”? Será também o livro produto da iniquidade de “elites hollywoodianas” que os justiceiros “americanos de fato de trabalho”, desafiaram em duelos no Twitter? (Selvaraj 2023). Esta história parecia mal contada.

Numa apreciação inicial, a objeção a livros e leituras surgiu ideologicamente estruturada por antinomia binária, com traços que aparentavam não ser novos mas permanentes por décadas, se não séculos: bem e mal, inocência e insídia, proteção das crianças e destruição das famílias, saber condicionado e conhecimento destruidor da sociedade.

Que mudanças nesta guerra cultural ao livro? Agentes, dispositivos, estratégias

Neste ponto é útil considerar as definições da ALA, American Library Association, para a censura de livros. Um desafio a livros é “uma queixa formal, por escrito, apresentada numa biblioteca ou escola solicitando que os materiais sejam removidos por causa do conteúdo ou adequação”. “Um banimento de livros é o resultado quando tal desafio é bem sucedido e os livros são retirados das prateleiras, de circulação na biblioteca ou na sala de aula” (cit. por PEN America 2016, p. 6).ⁱ

Os processos de banimento são um emaranhado de intervenções e contra-intervenções. Referirei sumariamente como, no plano legal, se liga a formulação dos direitos à aplicação da lei (*enactement*).

As entidades que historicamente são pró liberdade de expressão, ao abrigo da Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos da Américaⁱⁱ, têm-se debatido com uma nova situação legal. É sabido que a Emenda não se aplica a ações de

indivíduos privados, mas sim a entidades públicas. Daí que, entidades individuais tenham iniciado litígios ao abrigo de recentes “regimes de subordinação privados”, na análise de Jon D. Michaels e David L. Noll, para fazer avançar metas regulatórias públicas. No presente contexto, uma vaga de leis supressoras de direitos têm vindo a redefinir os próprios direitos, dificultando a revisão judicial e apoiando a redução das proteções constitucionais. Acima de tudo, têm empurrado os litigantes a vigiar e a processar pessoas das suas comunidades, achas para a fogueira dos conflitos sociais e culturais. Se, no que toca a direitos, a Constituição faz a sua *formulação* em termos nacionais e mais abstratos, as vagas, mais sinalizadas em três ou quatro estados, pressionam para a *aplicação* da lei em regimes locais e concretos, favoráveis às ideias dos seus promotores (Michaels e Noll 2021).

DRAG STORY HOUR, A SEMENTE E O ECOSISTEMA

A hora do conto *drag* nasce em 2015 em San Francisco, EUA, segundo a atribuição corrente, pela ação da *queen* Michelle Tea e das RADAR Productions, sob orientação de Julián Delgado Lopera e Virgie Tovar, *performers* e escritores (Oltmann 2023). Uma página web difunde eventos e conecta a rede internacional de organizações afiliadas, a DSH está registada como organização não governamental (Drag Story Hour 2023).

A irrupção intermitente de narrativas de banimento em diferentes tempos históricos e contextos nacionais e linguísticos poderá produzir uma aparência de a-historicidade e de globalismo natural: “sempre existiu em todo lado”. O crescimento, irradiação e transmutação de narrativas e práticas que urdem esta forma de contação no presente século têm sido crescentemente internacionais e coordenados e encerram características transmutadas e novas.

A partir das listas de obras proibidas nos EUA, foi realizada uma análise sistematizada da argumentação censória dominante. Tomadas de posição e pesquisas iniciais por bibliotecários e suas associações, como a ALA, e por entidades pela liberdade de expressão, como a PEN America e a Amnesty International, sinalizaram que a existência de traços comuns nas obras censuradas permite revelar o móbil ideológico dos presentes banimentos (Peet 2016; ALA Office for Intellectual Freedom Staff 2016).

Shannon M. Oltmann (2023) dissertou sobre como os banimentos ganharam impacto e significado junto das instâncias decisórias locais nas escolas ao serem desencadeados por “desafios” a livros feitos por indivíduos, posteriormente apoiados por grupos de pressão política. Esta coincidência de momentos, alvos e argumentos aguçou a curiosidade para esta pesquisa.

Agentes centrais pelo banimento

Steve Bannon foi um dos principais agentes dessa saga. Continua central no seu currículo a direção do sistema mediático Breitbart, rede digital de propaganda da extrema direita estado-unidense e de congéneres europeias etnonacionalistas e

supremacistas brancas (Cadwalladr 2017; Doward 2018). Como especialista em marketing político, foi membro do conselho de administração da Cambridge Analytica, consultora política que lançou no Facebook *posts* para fins próprios, denunciada publicamente em 2020 e posteriormente falida.ⁱⁱⁱ Os seus encontros e acordos com nazis-fascistas no poder foram noticiados (Doward 2018). O papel de Bannon e a influência mediática expectável de prosseguir na sua esteira requerem análise da sua importância nas experiências político-digitais da ultradireita internacional. Dado que nos EUA os conselhos escolares podem decidir em disputas sobre compras e circulação de livros, disciplina e conteúdos curriculares, Bannon apelou, em agosto de 2022, ao controle por republicanos destes órgãos e revelou publicamente que já conseguira os primeiros resultados. Uma empresa de telecomunicações local, abertamente evangélica e ultradireitista, juntou-se-lhe e financiou tomadas subsequentes de lugares em mais conselhos (Hixenbaugh 2022; Goodman 2022).

Andrew Albanese, um redator da *Publishers Weekly*, vem desempenhando um papel de lançamento de alerta e análise sobre o significado das vagas de censura, com um pico de crescimento nos dois ou três últimos anos, (*2021-2023 book banning in the United States 2023*) atingindo livros em bibliotecas e escolas do básico e secundário. Analisando também a oposição recebida, passa o autor pelo posicionamento do setor editorial, de profissionais de livrarias e bibliotecas que consideram o processo um ataque à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

Os “book ban” de anos mais recentes tinham vindo a ser concertados, comprovadamente, asseverou Albanese (2021). Os alvos centrais foram temáticas e personagens principais LGBTQ+ ou racializadas assim como a temática da educação sexual. As narrativas censórias, vocalizadas por membros dos conselhos escolares e pais e mães exprimindo-se em reuniões e missivas em zonas distintas do país, revelaram-se, após análise (Pachêco e Souza 2022), estribilhos ativados em *modo alarme-repetição* a partir de redes sociais. Abusando de mecanismos decisórios com fins democráticos, usaram *astrourfing*^{iv}: perfis digitais e identidades falsos, patrocinados ocultamente; pressão massiva e geograficamente distribuída, por correio eletrónico, redes sociais, tal como foi analisado por vários lançadores de alerta (Oltmann 2023). The Washington Post revelou que, após análise de uma investigadora a 986 queixas contra livros arquivadas em mais de 37 estados, 1065 tinham sido feitas por 11 adultos (Natanson 2023), eventualmente com o apoio de organizações como Moms for Liberty, também ligado a setores ultraconservadores e financiado pela Patriot Mobile^v. Aquele grupo entrou em ação durante a pandemia e fez campanhas contra o uso de máscaras, pelo encerramento de escolas e contra a justiça racial na sequência dos protestos pela morte de George Floyd. Segundo a Southern Poverty Law Center (2023) a organização está agora a atuar em modo extralegal, encabeçando a mobilização extremista de direita na Florida e pretendendo atingir o resto do país.

Agente Laranja estiola e contamina o terreno

Pesquisa científica, jornalística e de entidades defensoras da liberdade de expressão trouxeram recentemente a público o *modus operandi*, estratégias políticas e táticas

comunicacionais massivamente empregues por Trump durante a sua presidência (2017-2021) para consolidar os poderes ultraconservadores nos EUA e se perpetuar num MAGA-paraíso. Make America Great Again (MAGA) é o lema que subsumiu o mais regressivo desse conservadorismo populista, ataques aos direitos fundamentais da maioria da população trabalhadora e incitamento à violência contra inimigos imaginários (Braga 2023). O alegadamente identitário foi configurado como barreira mental, o lema “nós contra eles” estaria inscrito na testa. Com essa visão, não ser puramente homem-hetero-branco-nacional-cristão é, ser daninho. Para lhe impedir o alastramento, erradicando e queimando o chão, foi desenvolvido um belicismo intoxicante de desfolhagem e perduração punitiva.

Lembrando o Agente Laranja, desfolhante usado como arma de guerra, nas décadas de 60 e 70. Da teoria sobre os seus efeitos tóxicos sistémicos emergiu o termo ecocídio que chegou ao discurso político e científico.^{vi}

Desinformação, censura e perseguição como “o novo normal”

Primeiro são os livros.
Depois são os nossos direitos.
E depois é o quê?
George M. Johnson, (cit. por Caldwell-Stone, Sweeney e Johnson 2022)

Singularizando lugares e pessoas, desvinculando e diabolizando na espuma das crises agravadas do capitalismo, foram selecionados territórios e grupos sociais racializados, LGBTQ+, emigrantes, pobres para serem os expiatórios na purificação por uma “verdadeira América”. Em atividade subterrânea gradual, dispositivos políticos e comunicacionais instalaram-se com meios digitais de acesso massivo, interno e internacional, para a desinformação e a informação errónea (Pachêco e Souza 2022). Por várias vias foi chegando a confirmação da concertação operacional de agentes retrógrados para conformar as vagas presentes de guerra cultural, mais exasperada no meio digital desde os anos 90 (Davis 2019). Grupos concertados de pressão insuflam o interesse mediático e dirigem-se a segmentos do público através de redes sociais, fazendo reverberar, com frases de efeito, as “novidades” de cada momento Azevedo Junior (2021).

A tarefa épica, reservada ao escol, de refundar toda “uma nação” nos EUA, recuperou, entre outras, a narrativa do movimento “nativista” – não confundir com indígena – do século 19, xenófoba e conspiracionista, sobre o que é ser um *verdadeiro americano* (Boissoneault 2017), em apoio à velha ideia do “excepcionalismo americano”.^{vii}

As ligações mais próximas entre agentes regressistas ficaram expostas no período pandémico em que a desorganização da informação foi intensificada. Acionada por grupos que igualmente protagonizaram a censura à leitura, a propaganda antivacina COVID 19 foi um marco nos processos de descrédito da investigação mais recente e de organizações internacionais tidas como referência para políticas científicas. A desinformação, a produção da ignorância, o conspiracionismo, ligaram-se em modo estruturante. Para

Suzanne Nossel, diretora executiva da PEN America (cit. por Albanese 2022) trata-se de organizações de pressão política, “sofisticadas, com muitos recursos, ideológicas”, uma “constelação crescente de grupos” que apoiam e financiam ações como os banimentos, despedimentos e perseguição a professores e bibliotecárias.

Certo é que estes agentes mudam constantemente de táticas e alvos. Os “desafios” surgem como um método iniciador de processos de banimento que explorou o quadro legal estado-unidense. Induziram escaladas de violência, em especial onde existiam pessoas ou instituições que agiram em resistência. Táticas várias foram empregues: ameaças ao uso de certas obras (Yorio 2022); despedimento de profissionais de bibliotecas (Harris, Alter 2022); transtorno profundo de ambientes de aprendizagem e de leitura através de presenças hostis (ABC7 Chicago Digital Team 2022; Ma, Lauer e Licon 2023). Em instâncias concretas, o sinal chegou em carta com bala dirigida a profissionais (ABC7 Chicago Digital Team 2022) e em ameaças de bomba em bibliotecas públicas (Dorfman et al. 2023).

Entre os recursos táticos mais recentes e tecnologicamente sofisticados constam a deteção de livros “perigosos” através de filtragem de “desafiáveis” nas extensas listagens de compras de administrações de distrito e em *apps* de bibliotecas digitais (Friedman e Johnson 2022), e consta ainda a colocação do ChatGPT à mira de “sexo explícito”. Este resultou na aposição da marca condenatória em romances várias vezes premiados no país e no estrangeiro (Watercutter 2023).

Esta charneira entre políticas ultraconvervadoras e o populismo digital é fenómeno novo nas estratégias censórias e propicia a criação de pânico moral, espalha o medo e adiciona instabilidade às vidas alteradas pelas crises do capitalismo.

GUERRAS CULTURAIS À CONTAÇÃO DRAG EM PÚBLICO

Os banimentos de livros podem parecer uma relíquia de um passado menos esclarecido, mas essa prática ressurgiu com desforra (ACLU 2023, 7).

Ao longo da história do livro, quem tem o poder de censurar o que considera imoral, indecente, indecoroso, ou seja, contrário à sua própria visão de classe, credo religioso, poder económico, faz pender uma ameaça sobre a criação literária com a capacidade que detém de impedir a leitura através de vários modos e processos censórios. Os dispositivos legais e regulamentares, judiciais e económicos podem ser usados para gerar arbitrariedade no acesso à leitura.

No caso dos Estados Unidos da América, a história da censura de livros vem sendo cruzada pela história das lutas pela liberdade de informar, imprimir e distribuir, expressa por vezes com os termos “liberdade de expressão e de acesso à expressão”, ou no mais amplo “liberdade intelectual”. Pessoas, casos e entidades que encarnam essa defesa têm servido de referência para outros

contextos nacionais e históricos. ACLU (1920)^{viii}, Pen America (1922)^{ix}, ALA (1876), Amnesty International USA (1966)^x, instituições com longas existências, têm tido um papel crucial na produção de pensamento, lançamento de alertas e na instrução de processos nos tribunais por essas liberdades. Algumas editoras e livrarias têm tido papel ativo nessa defesa (Pendharkar 2022).

Em períodos precedentes da história dos EUA registaram-se banimentos em escolas. Recordo que uma das obras e personagens recorrentemente visadas foi Harry Potter, por difundir ideias erradas sobre bruxaria. Em 2002 um conselho de escola do Arkansas baniou-o, o processo pela liberdade de expressão teve decisão favorável do tribunal federal e repercussão noutras situações (Meadors 2019). Esta censura muito mediatizada, tal como várias outras, à saga infantojuvenil redundou mais tarde num aumento de vendas e de circulação. A privação destas leituras, contudo, teve certamente impacto na vida das populações mais jovens à época. Tal como defende a ACLU (2023), as e os estudantes têm o direito de aceder a informações nas suas bibliotecas escolares, incluindo a possibilidade de estudantes negros, LGBTQ e imigrantes encontrarem livros que reflitam as suas próprias vivências, sem esquecer o direito de todos e todas a conhecer pontos de vista eventualmente diferentes dos seus usuais.

Pensava eu que a América era contra os totalitarismos.
Nesse caso, certamente é importante para os jovens serem capazes de reconhecer os seus sinais. Um deles é a proibição de livros. Preciso de dizer mais?¹

Este comentário incisivo de Margaret Atwood em 2019 (cit. por Friedman e Johnson 2022) referia-se às vagas censórias dirigidas a leitores infantojuvenis e a propósito de *The Handmaid's Tale*, título seu, constar da lista dos mais banidos nos Estados Unidos da América em anos recentes.

Em territórios europeus, onde não havia memórias frescas de banimentos, surgem agora alertas. Um relatório do Institute for Strategic Dialogue registou muitas dezenas de sessões *drag* para famílias, incluindo algumas horas do conto, ameaçadas em processos concertados no Reino Unido, em França, na Alemanha, e adianta saber de casos idênticos na Irlanda, Finlândia, Suécia e Suíça que espera explorar futuramente (Squirrell e Davey 2023).

O CILIP^{xi}, órgão profissional que reúne profissionais de bibliotecas públicas e cientistas da informação do Reino Unido, concluiu que um terço dos bibliotecários inquiridos tinham sido instados a retirar obras sobre o império britânico, LGBTQ+ e raça (Shaffi 2023).

Em 2022 a ILGA-Europe reporta um aumento de casos de “discurso de violência” contra pessoas LGBTI e trans, especialmente em-linha, dando destaque a políticos e representantes do estado e líderes religiosos que os usam também. Em simultâneo refere casos em que defensores dos direitos se

1 * Esta tradução e outras são da autora.

fizeram ouvir e conseguiram avanços. Sendo matéria que permanece sensível, ou reservada em territórios onde a violência aumentou mais, não há divulgação do número de casos nem de pessoas atingidas (ILGA-Europe 2023).

Partindo da área da educação, Telmo Fernandes, Beatriz Alves e Jorge Gato avançam reflexões para uma melhoria das condições de bem-estar e saúde mental em escolas. Destaco daí os fatores protetivos e mecanismos de amortecimento da estigmatização, tais como: criar ambientes seguros para a exploração e expressão de identidades e orientações divergentes; alimentar climas de desenvolvimento pessoal e de construção de comunidade entre estudantes das minorias sexuais e de género e pessoas suas aliadas dentro dos estabelecimentos, em particular com adultos apoiantes do seu próprio meio (Fernandes, Alves e Gato 2023). Algumas poderão ser trabalhadas como linhas de orientação para as aprendizagens e também, entendo, para as contações.

Durante a recolha de fontes, prévia a este artigo, tomei conhecimento de eventos integrados nas celebrações do orgulho LGBTQ+ em Portugal, em julho de 2023. Não tendo sido possível um registo atempado de depoimentos, deixo algumas notas e reflexões. O mês do orgulho pela diversidade é habitualmente celebrado em julho em Portugal com marchas e eventos culturais. Este ano, em Lisboa, no âmbito do Arraial foram realizadas exposições e contação *drag* para famílias que contaram com muita participação do público. Em Évora, durante a primeira celebração da cidade, uma exposição foi destruída por três desconhecidos. A hora do conto *queer* foi atacada por igual número, grupo que gritou ofensas, ouvidas por pessoas pequenas e grandes e que, espalhando insegurança, levaram ao seu termo.

Tive oportunidade para uma conversa com Filipe Gaspar, co-organizador da Marcha LGBTI+ 2023 na cidade do Porto, profissional que foi de biblioteca pública, contador de histórias experiente. É também contador *drag* nos últimos anos, sobretudo em espaços não públicos. Retenho a ênfase que colocou: o transformismo em contextos infanto-juvenis é preparado conscientemente, com brilho para apresentação glamorosa, como para várias personagens de contos, não sexualizada. As histórias que tem contado têm temáticas diversas. Na programação inclui a participação ativa da assistência mais pequena, durante a performance e após, através de expressão plástica que apoia e de conversação. Tem registado uma receção positiva tanto por crianças como pelas famílias.

Guerra cultural é o quê?

“O mais importante, em primeiro lugar”... ou não. Iniciei este texto dando conta de como têm sido aguerridos os banimentos, da sua extensão e

gravidade, crendo que serão desconhecidos de muitas e muitos leitores. Neste ponto, trago a discussão de como entender as guerras culturais por meio de teoria das ciências sociais e humanidades.

Andrew Hartman proporcionou uma mirada eloquente sobre a história e o significado, desde meados do séc. 20, das guerras no campo da cultura, entendida no sentido amplo de matriz antropológica. De *A War for the Soul of America: History of the Culture Wars* parto para uma breve discussão do conceito (Hartman 2019) e sua relação com o banimento – prescrição do que não pode ser adquirido – e o desaparecimento de livros das estantes – proibição de acesso público.

Nas décadas de 60 e 70 os estado-unidenses passaram por debates e mudanças que envolveram as suas vidas quotidianas, em torno de tópicos como a sexualidade e a natalidade, as famílias e o poder parental, o ensino, o feminismo e os “movimentos de libertação da mulher”, a “saída do armário” e as causas LGBT, as possessões coloniais, os movimentos de libertação e o pacifismo, a secularização, os valores da individualidade e do corpo, as expressões e movimentos juvenis, as artes, literatura e música engajadas e alternativas, os tempos livres e a recreação, o uso de drogas.

As movimentações e causas políticas de então ficaram sinalizadas como resultando de formas de intervenção e organização do que designa Nova Esquerda. Reagindo a mudanças e movimentações sociais que se lhes configuravam como vindas de uma “cultura adversária” e que prenunciava o declínio da “América”, os neoconservadores avançaram discursos e estratégias de recuperação do seu poder e influência pública.

As origens do declínio da cultura neoconservadora, a recuperação do *status quo* ameaçado pelo darwinismo, por leituras críticas da Bíblia, pelo secularismo aventado no séc. 19, foram temas centrais das lideranças ideológicas ultraconservadoras dos anos 1980-1990 que iniciaram as hostilidades contra os intelectuais que defendiam “uma cultura adversária”. Se a defesa da “ideia de América” e da “alma americana” são lemas da *alt-right*, as mudanças dos anos 60 continuaram a ser vivenciadas por muitos americanos como uma subversão do seu modo habitual de vida.

A expressão “Guerra Cultural” foi usada e ganhou eco em 1992 num discurso em apoio a George W. H. Bush durante a Convenção Nacional Republicana. Patrick Buchanan, líder paleoconservador, proclamou ser ela “tão crítica para o tipo de nação que um dia seremos como a própria Guerra Fria o foi”. Posta em causa por um *ethos* contracultural que se tornara prevalecente, a cultura tradicionalista tinha de ser “ganha de volta”, pretensão concretizada com

hostilidade pelos neoconservadores de então. À data da saída do seu livro, Hartman (2019) considerou que a guerra cultural já não era questão atual.

Para Bart Cammaerts é difícil de sustentar essa ideia. Prosseguindo uma linha de investigação a partir de Gramsci e de Stuart Hall, traça antes um quadro analítico da presente guerra cultural *anti-woke* no Reino Unido, avançando que esta se caracteriza como guerra de posição de longo prazo orientada a renormalizar as ideologias fascistas, racistas, sexistas e anti-LGBTQ. As lutas pela justiça social, cerne dessas questões, têm vindo a ser anormalizadas e posicionadas como política desviante extrema. A par disto, e implicitamente, faz-se passar o direito a ofender, em expressão de ódio e de discriminação exclusionária, como opiniões admissíveis ao debate em democracia, sob uma equivalência moral entre opiniões e ideias. A dominação sai de foco, o mesmo para as ações e as características dos grupos que a exercem, e através de uma estratégia discursiva de polarização dos conflitos não é mais um tópico de discussão. Na visão politicamente abrangente de Cammaerts, o pânico moral, o medo e a produção de crises são elementos constitutivos em processos em que o dedo acusador passa a apontar o que são desvio e quem pessoas e grupos desviantes. A hegemonização requer a produção de inimigos, se a estigmatização de indivíduos ou grupos tem uma duração longa, o rumor tem caminho facilitado para alimentar a divisão entre quem está dentro das margens e quem está fora do sistema (Cammaerts 2022).

Conhecer a argumentação dos censores

Episódios de décadas anteriores de guerra cultural aos livros assinalam um efeito permanente, positivista e determinista na relação entre o que se lê e como se pensa ou, mais grave, sobre como se age. Alinho os argumentos pela censura, sintetizando a partir de Emily Knox (2022) nos 3 primeiros pontos, os seguintes são elaboração própria a partir de várias das fontes aqui referidas:

- A leitura é ingestão de textos; livros maus, imorais corrompem o pensamento e a ação;
- As leituras perigosas incutem à aceitação de ideias imorais e logo a ações anti-sociais no imediato e ao longo da vida; são apenas o início de uma cadeia de degradação;
- Inocência e insídia ficam emparelhadas; a inocência dos mais novos é alvo fulcral de quem promove leituras impróprias; os sujeitos coletivos imorais que os encarnam variam com o contexto social e histórico;

- A liberdade individual de pais e mães inclui a decisão sobre o que os filhos podem ler porque estes lhes pertencem;
- Perder o bem pristino da inocência das crianças torna imperativa a sua proteção por guardiães; persuadir para alterar normas, comportamentos, faz perigar as normas sociais “nacionais” – famílias, papéis de género, hierarquias; logo, o ato de ler carece de vigilância e prescrição criteriosa e doseada.

Deixo um comentário a propósito da argumentação que será sustentada em ideias e práticas prevaletentes nos relatórios que a autora aprecia. Pais e mães posicionam-se como proprietários dos filhos, não como agentes educativos nem de socialização democrática. A leitura pública, pode colmatar falhas se atender a que, desde o momento inicial do seu desenvolvimento pessoal e social, essas pessoas estão já constituídas como cidadãos no campo dos direitos.

Agentes e alianças pela liberdade de expressão

Um redator da *Publishers Weekly*, Andrew Albanese tem desempenhado um papel de lançador de alerta e analista do significado das vagas de censura, com um pico de crescimento nos dois ou três últimos anos, (*2021-2023 book banning in the United States 2023*), e que atingiram livros em bibliotecas e escolas do básico e secundário. Ao analisar também a oposição recebida, passa o autor pelo posicionamento do setor editorial e de profissionais de livrarias e bibliotecas que consideram o processo um ataque à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

As referências jornalísticas a este processo censório são inúmeras. Destaco um artigo de Taylor Goldenstein (2021) sobre as ligações entre instituições e políticos conservadores por ajudar a compreender como, um processo reprovado pela maioria da população votante dos EUA (American Library Association 2022), se mantém e se reforça através de articulações de poder.

Parafraseando, a partir de Sasha Abramsky, os líderes políticos neoconservadores *Made Censorship Mainstream Again*.

Neste contexto a Semana dos Livros Banidos, iniciada em 1982 pelas American Library Association e Amnesty International USA, tem vindo a ganhar mais apoios e orientações mais específicas. Atualmente organizada por uma coligação internacional^{xii} com mais doze entidades, é apoiada pelo *Center for the Book in the Library of Congress* e por duas grandes casas editoriais. Os

grupos sociais e temáticas feitos alvo central da perseguição censória, alimentam agora as linhas primordiais da Semana.^{xiii}

A análise de agentes que se destacaram pela liberdade de informação evoluiu em meses mais recentes para se focar na publicação pela PEN America dos nomes de dezenas de entidades pró-censura que operam de modo concertado, tendo dado a cara, contudo, enquanto pessoas agindo individualmente (Anderson 2022).

Os debates ético-políticos expandiram-se a questões além-limites dos direitos cívicos e políticos que estiveram na gênese de algumas entidades pela liberdade de informação. A PEN America publicou em 2022 dois relatórios sobre banimentos e estados onde estes se concentraram que Albanese referenciou (2021). Com base no citado livro de Knox, a ACRL, divisão da ALA para o ensino superior, publicou no blogue uma lista de medidas práticas de apoio à liberdade intelectual nas bibliotecas (ACRL Presidents 2023).

As próprias bibliotecas públicas têm vindo a ser impedidas de desempenhar um papel democrático de liberdade de expressão e de acesso à expressão para um serviço amplo às populações. A grande indústria do livro e média digitais, em particular, tem configurado limitações económicas e financeiras na atividade bibliotecária desde a produção às licenças de acesso a obras – transferência da capacidade de decidir compras e circulação de itens para as grandes empresas – que debilitam o seu papel e relevância sociais (Courtney e Ziskina 2023; Haight e Hickman 2023). Mantendo o seu compromisso com as liberdades, e tendo em mente os banimentos, bibliotecas como a de Brooklin comunicaram disponibilidade para atender pedidos fora do seu âmbito geográfico (Ellis 2022), dentro da iniciativa *Books UnBanned*.

Um enfoque a não esquecer, esclarece como processos de desfinanciamento que têm afetado profundamente o empréstimo e a disseminação da literatura em simultâneo com a punição censória e os ataques violentos a profissionais e a espaços de leitura. Ao serem socavadas instituições públicas de ensino no seu todo, várias bibliotecas, mesmo que não escolares, foram sendo desinvestidas, agora de forma intensiva, pondo em causa a própria existência (Drabinski 2023; Caldwell-Stone, Sweeney e Johnson 2023).

REFLEXÕES FINAIS

A performatividade *drag* foi a gota “fabulosa” que fez extravasar a ira moralista conservadora, ainda mais se cruzada na pessoa contadora com racialidade, dimensões e preparos do corpo sobressaliente, em festejos apelativos a ar para respirar e a espaços transversais (*mainstream*) de apreço.

Mais do que no anterior modo de censura ultradireitista, em que o silenciamento comum e a argumentação censória se jogavam fora da esfera pública, no modelo presente a violência no discurso e na intervenção física são não só públicas como ecoadas em redes sociais, os dispositivos tecnológicos mais recentes são usados para a disseminação massiva. Essa é uma forma visível da “desforra” contra movimentações pela justiça social, mais discernível em fenómenos de pequena escala, logo pela inusitada desproporção de meios e forças.

Nestes processos, a leitura pública foi trazida para um grupo de preocupações prevaletentes na comunicação social de língua inglesa e decorrentes de anseios por democracia juntando em seu torno novas formas de agência pela liberdade de ler.

Se conhecer como alastra a concertação internacional pró-censura esclarece sobre os seus agentes centrais, outro esclarecimento se proporciona ao pensar nos pequenos casos de horas do conto *drag*. A expressão “guerra cultural” provém do campo ideológico ultraconservador e é eloquente sobre as suas finalidades. Deslocando a perspetiva analítica para os alvos selecionados, poderá entender-se como a diversidade das culturas e de agentes culturais é chão que nutre a biodiversidade. A diversidade social e dos objetos de leitura reforça-se em processos de aprendizagem leitural e de socialização cidadã para uma vida em democracia (Sequeiros 2022). Em ecossistemas protegidos contra a toxicidade e beneficiados para a justiça social, as práticas de leitura pública podem crescer e desenvolver-se.

Estes são requisitos de uma democracia que envolva e acarinhe a liberdade de expressão e de acesso à expressão, para o que se requer voz e lugar que preencham silenciamentos e banimentos.

FINANCIAMENTO

Com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa, ao abrigo da Norma Transitória (DL57/2016/CP1).

REFERÊNCIAS

2021-2023 book banning in the United States, 2023. *Wikipedia* [em linha]. [Acesso em 2 agosto 2023]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=2021%E2%80%932023_book_banning_in_the_United_States&oldid=1166356333#cite_ref-Kingkade-2021_13-4. Page Version ID: 1166356333.

ABC7 CHICAGO DIGITAL TEAM, 2022. Downers Grove Public Library cancels Drag Bingo event after cascade of threats. ABC7 Chicago [em linha]. 13 setembro 2022. [Acesso em 25 agosto 2023]. Disponível em: <https://abc7chicago.com/downers-grove-public-library-drag-bingo-canceled-threats/12225119/>.

ACRL PRESIDENTS, 2023. Confronting Book Challenges and Censorship in Libraries. *ACRL Insider* [em linha]. 4 abril 2023. [Acesso em 7 agosto 2023]. Disponível em: <https://acrl.ala.org/acrlinsider/confronting-book-challenges-and-censorship-in-libraries/>

ACLU, 2023. *Defending democracy: ACLU 2022 Annual Report* [em linha]. New York: ACLU. [Acesso em 11 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.aclu.org/report/aclu-2022-annual-report>.

ADURIZ, Iñigo, 2023. Las primeras medidas de PP y Vox anticipan un retroceso histórico en derechos de las mujeres y el colectivo LGTBI. *elDiario.es* [em linha]. 21 junho 2023. [Acesso em 30 agosto 2023]. Disponível em: https://www.eldiario.es/politica/primeras-medidas-pp-vox-anticipan-retroceso-historico-derechos-mujeres-colectivo-lgtbi_1_10312921.html.

ALA OFFICE FOR INTELLECTUAL FREEDOM STAFF, 2016. Field Report 2016: Banned and challenged books. *Intellectual freedom blog* [em linha]. 30 junho 2016. [Acesso em 22 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.oif.ala.org/field-report-2016-banned-and-challenged-books/>.

ALBANESE, Andrew, 2021. Librarians, educators warn of “organized” book banning efforts. *PublishersWeekly.com* [em linha]. 18 novembro 2021. [Acesso em 26 novembro 2021]. Disponível em: <https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/libraries/article/87920-librarians-educators-warn-of-organized-book-banning-efforts.html>.

ALBANESE, Andrew, 2022. PEN America Report shows ‘Rapid acceleration’ of book bans in schools. *PublishersWeekly.com* [em linha]. 2022. [Acesso em 22 outubro 2022]. Disponível em: <https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/libraries/article/>

[90366-pen-america-report-shows-rapid-acceleration-of-book-bans-in-schools-nationwide.html](https://www.pennsylvania.gov/90366-pen-america-report-shows-rapid-acceleration-of-book-bans-in-schools-nationwide.html).

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2022. Voters oppose book bans in libraries. *Advocacy, Legislation & Issues* [em linha]. 21 março 2022. [Acesso em 3 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/voters-oppose-book-bans-libraries>.

ANDERSON, Porter, 2022. Banned Books Week: PEN calls out “a movement to censor”. *Publishing Perspectives* [em linha]. 19 setembro 2022. [Acesso em 5 agosto 2023]. Disponível em: <https://publishingperspectives.com/2022/09/pen-america-2532-book-bannings-part-of-a-movement/>.

AZEVEDO JUNIOR, Aryovaldo de Castro 2021. As aparências enganam: heurísticas, estereótipos e espetacularização no processo de visibilidade midiática. *Liinc em Revista* [em linha]. 6 junho 2021. vol. 17, no. 1, p. e5648–e5648. [Acesso em 31 julho 2023]. DOI 10.18617/liinc.v17i1.5648. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5648>.

BOISSONEAULT, Lorraine, 2017. How the 19th-century Know Nothing Party reshaped american politics. *Smithsonian Magazine* [em linha]. 26 janeiro 2017. [Acesso em 1 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/immigrants-conspiracies-and-secret-society-launched-american-nativism-180961915/>.

BRAGA, Ruy, 2023. O mito do “ódio branco” da classe trabalhadora. Blog da Boitempo [em linha]. 2 agosto 2023. [Acesso em 18 agosto 2023]. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/08/02/o-mito-do-odio-branco-da-classe-trabalhadora/>.

CADWALLADR, Carole, 2017. Robert Mercer: the big data billionaire waging war on mainstream media. *The Observer* [em linha]. 26 fevereiro 2017. [Acesso em 10 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2017/feb/26/robert-mercero-breitbart-war-on-media-steve-bannon-donald-trump-nigel-farage>.

CALDWELL-STONE, Deborah, SWEENEY, Patrick e JOHNSON, George M., 2022; Paige Sutherland e Meghna Chakrabarti (entrev.). Censorship wars: Why have several communities voted to defund their public libraries? *On Point* [em linha]. 8 setembro 2022. [Acesso em 7 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.wbur.org/onpoint/2022/09/08/censorship-wars-defund-public-libraries>.

CAMMAERTS, Bart, 2022. The abnormalisation of social justice: The ‘anti-woke culture war’ discourse in the UK. *Discourse & Society* [em linha]. 1 novembro 2022. vol. 33, no. 6, p. 730–743. [Acesso em 7 julho 2023]. DOI 10.1177/09579265221095407. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/09579265221095407>.

COURTNEY, Kyle K. e ZISKINA, Juliya, 2023. The Publisher Playbook: a brief history of the publishing industry's obstruction of the library mission [em linha]. *Journal Article* pre print. Harvard. [Acesso em 19 maio 2023]. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/37374618>.

DAVIS, Mark, 2019. A new, online culture war? The communication world of Breitbart.com. *Communication Research and Practice* [em linha]. 3 julho 2019. vol. 5, no. 3, p. 241-254. [Acesso em 31 julho 2023]. DOI 10.1080/22041451.2018.1558790. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/22041451.2018.1558790>.

DORFMAN, Daniel I. et al., 2023. Bomb threats made to north suburban, Lake County public libraries. *Chicago Tribune* [em linha]. Chicago, 18 agosto 2023. [Acesso em 27 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.chicagotribune.com/suburbs/wilmette/ct-wlm-bomb-threats-tl-0824-20230818-gbeszyadcjc57hzcgoxd4klgm4-story.html>.

DOWARD, Jamie, 2018. Steve Bannon plans foundation to fuel far right in Europe. *The Guardian* [em linha]. 21 julho 2018. [Acesso em 30 julho 2023]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/jul/21/steve-bannon-plans-foundation-to-fuel-far-right-in-europe>.

DRABINSKI, Emily, 2023. As the public focuses on book bans, the right is quietly defunding libraries. *Truthout* [em linha]. 21 janeiro 2023. [Acesso em 7 fevereiro 2023]. Disponível em: <https://truthout.org/articles/as-the-public-focuses-on-book-bans-the-right-is-quietly-defunding-libraries/>.

DRAG STORY HOUR, 2023. About. *Drag Story Hour* [em linha]. 2023. [Acesso em 29 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.dragstoryhour.org/about>.

ELLIS, Danika, 2022. Brooklyn Library Offers Access to Banned eBooks to Teens Across the U.S. *BOOK RIOT* [em linha]. 13 abril 2022. [Acesso em 29 abril 2022]. Disponível em: <https://bookriot.com/unbanned-books/>.

FERNANDES, Telmo, ALVES, Beatriz e GATO, Jorge, 2023. Between resilience and agency: a systematic review of protective factors and positive experiences of LGBTQ+ students. *Healthcare* [em linha]. janeiro 2023. vol. 11, no. 14, 2098. [Acesso em 13 agosto 2023]. DOI 10.3390/healthcare11142098. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-9032/11/14/2098>.

FRIEDMAN, Jonathan e JOHNSON, Nadine Farid, 2022. Banned in the USA: the growing movement to censor books in schools. *PEN America* [em linha]. 19 setembro 2022. [Acesso em 20 setembro 2022]. Disponível em: <https://pen.org/report/banned-usa-growing-movement-to-censor-books-in-schools>.

GOLDENSTEIN, Taylor, 2021. Texas lawmaker probes schools for books on race, sexuality. *Houston Chronicle* [em linha]. 26 outubro 2021. [Acesso em 3 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.houstonchronicle.com/politics/texas/article/Texas-lawmaker-launches-probe-of-school-16565861.php>.

GOODMAN, J. David, 2022. How a christian cellphone company became a rising force in Texas politics. *The New York Times* [em linha]. 5 outubro 2022. [Acesso em 7 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/10/05/us/texas-patriot-mobile.html>.

HAIGHT, Iantha e HICKMAN, Annalee Pierson, 2023. The e-book wars, State legislation, and the protection of robust library collections [em linha]. SSRN Scholarly Paper. 29 junho 2023.

HARRIS, Elizabeth A. e ALTER, Alexandra, 2022. With Rising book bans, librarians have come under attack. *The New York Times* [em linha]. 6 julho 2022. [Acesso em 24 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/07/06/books/book-ban-librarians.html>Caustic.

HARTMAN, Andrew, 2019. *A War for the Soul of America: History of the Culture Wars* [em linha]. 2nd ed. Chicago, IL: University of Chicago Press. [Acesso em: 4 jul. 2023]. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/W/bo37161499.html>.

HIXENBAUGH, Mike, 2022. It's marketed as the nation's "only Christian conservative wireless provider." Now it's taking over school boards. *NBC News* [em linha]. 25 agosto 2022. [Acesso em 23 junho 2023]. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/-christian-cell-company-patriot-mobile-took-four-texas-school-boards-rcna44583>.

ILGA-EUROPE, 2023. *Annual Review of the human rights situation of lesbian, gay, bisexual, trans and intersex people in Europe and Central Asia*. [em linha]. 20 fevereiro 2023. [Acesso em 13 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.ilga-europe.org/report/annual-review-2023/>.

KNOX, Emily J.M., 2022. *Book Banning in 21st-century America*. Lanham: Rowman & Littlefield. ISBN 9781538171127.

MA, Annie, LAUER, Claudia e LICON, Adriana Gomez, 2023. As conservatives target schools, LGBTQ+ kids and students of color feel less safe. *AP News* [em linha]. 7 junho 2023. [Acesso em 24 agosto 2023]. Disponível em: <https://apnews.com/article/lgbtq-race-ban-schools-4c4df1728f5265eee3684268035570c2>.

MEADORS, Brian, 2019. *Harry Potter and the Cedarville censors: inside the precedent-setting defeat of an Arkansas book ban*. Jefferson, North Carolina: McFarland. ISBN 9781476635835.

MICHAELS, Jon D. e NOLL, David L., 2021. *Vigilante Federalism* [em linha]. SSRN Scholarly Paper. 2 setembro 2021. Rochester, NY. 3915944. [Acesso em 22 agosto 2023]. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=3915944>.

NATANSON, Hannah, 2023. Objection to sexual, LGBTQ content propels spike in book challenges. Washington Post [em linha]. 23 maio 2023. [Acesso em 28 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/education/2023/05/23/lgbtq-book-ban-challengers/>.

OLTMANN, Shannon M., 2023. *The fight against book bans: perspectives from the field*. Bloomsbury Publishing USA. ISBN 9781440879777.
PACHÊCO, Maria Lívia de Oliveira e SOUZA, Edivanio Duarte de, 2022. Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. Em: *Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis* [em linha]. [Acesso em 21 março 2023]. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. ISBN 9786589167679. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1200>.

PEET, Lisa, 2016. North Carolina Librarians, Library Associations React to HB2. *Library Journal* [em linha]. 11 maio 2016. [Acesso em 13 maio 2016]. Disponível em: <https://www.libraryjournal.com/story/north-carolina-librarians-library-associations-react-to-hb2>

PEN AMERICA, 2016. *Missing from the shelf: book challenges and lack of diversity in children's literature* [em linha]. New York: PEN America. [Acesso em 28 agosto 2023]. Disponível em: https://pen.org/wp-content/uploads/2022/08/PEN_childrens_lit_report_FINAL_online.pdf

PENDHARKAR, Eesha, 2022. As book bans escalate, here's what you need to know. *Education Week* [em linha]. 30 setembro 2022. [Acesso em 25 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.edweek.org/teaching-learning/as-book-bans-escalate-heres-what-you-need-to-know/2022/09>.

SELVARAJ, Adit, 2023. *"OK, Groomer": (Post) Truth Rhetoric and Transphobia* [em linha]. Master's thesis. Fort Lauderdale, Davie, Florida: Nova Southeastern University. Disponível em: https://nsuworks.nova.edu/hcas_etd_all/138.

SEQUEIROS, Paula, 2022. Bibliodiversidade com democracia: políticas ABM [em impressão]. 19 novembro 2022. *SocArXiv* [em linha]. [Acesso em 23 novembro 2022]. Disponível em: <https://osf.io/preprints/socarxiv/2rwp5/>.

SHAFFI, Sarah, 2023. Third of UK librarians asked to censor or remove books, research reveals. *The Guardian* [em linha]. 20 abril 2023. [Acesso em 7 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2023/apr/20/third-of-uk-librarians-asked-to-censor-or-remove-books-research-reveals>.

SOUTHERN POVERTY LAW CENTER, 2023. The year in hate & extremism [em linha]. [em linha]. Montgomery: Southern Poverty Law Center. [Acesso em 27 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.splcenter.org/year-hate-extremism-2022/>.

SQUIRRELL, Tim e DAVEY, Jacob, 2023. A year of hate: understanding threats and harassment targeting drag shows and the LGBTQ+ community [em linha]. [Acesso em 29 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.isdglobal.org/isd-publications/a-year-of-hate-understanding-threats-and-harassment-targeting-drag-shows-and-the-lgbtq-community/>.

WATERCUTTER, Angela, 2023. How an Iowa School District used ChatGPT to ban books. *Wired* [em linha]. 18 agosto 2023. [Acesso em 25 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.wired.com/story/chatgpt-ban-books-iowa-schools-sf-496/>.

YORIO, Kara, 2022. Louisiana Librarian Amanda Jones Fights Back Against Online Attacks. *School Library Journal* [em linha]. 12 agosto 2022. [Acesso em 24 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.slj.com/story/School-librarian-of-the-year-amanda-jones-fights-back-against-online-attacks>.

- i <https://pen.org/banned-book-list-2021-2022/>
- ii https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_Emenda_%C3%A0_Constitui%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Unidos
- iii https://en.wikipedia.org/wiki/Donald_Trump e em https://en.wikipedia.org/wiki/Steve_Bannon.
- iv <https://pt.wikipedia.org/wiki/Astroturfing>
- v https://en.wikipedia.org/wiki/Moms_for_Liberty
- vi https://en.wikipedia.org/wiki/Agent_Orange
- vii https://pt.wikipedia.org/wiki/Excepcionalismo_americano
- viii https://en.wikipedia.org/wiki/American_Civil_Liberties_Union
- ix https://en.wikipedia.org/wiki/PEN_America
- x https://en.wikipedia.org/wiki/Amnesty_International_USA
- xi https://en.wikipedia.org/wiki/Chartered_Institute_of_Library_and_Information_Professionals
- xii <https://bannedbookweek.org/sponsors/>
- xiii <https://bannedbookweek.org/>